# Universidade Federal do Maranhão UNA-SUS/UFMA

Cadernos de Saúde da Família

# Conceitos e Ferramentas da Epidemiologia

Erika Bárbara Abreu Fonseca Thomaz Judith Rafaelle Oliveira Pinho Thalita Queiroz Abreu Vandilson Pinheiro Rodrigues



# CONCEITOS E FERRAMENTAS DA EPIDEMIOLOGIA

## Universidade Federal do Maranhão UNA-SUS/UFMA

# CONCEITOS E FERRAMENTAS DA EPIDEMIOLOGIA

São Luís





#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho **Reitor** 

Prof. Dr. Antonio José Silva Oliveira
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fernando de Carvalho Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.ª Dr.a Nair Portela Silva Coutinho

Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

#### EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

#### **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula; Prof. Dr. Osvaldo Ronaldo Saavedra Mendez; Prof. Dr. Jadir Machado Lessa; Prof.ª Dr.a Arlene de Jesus Mendes Caldas; Prof.ª Dr.a Mariléia Santos Cruz da Silva; Bibliotecária Gilvane Carvalho Ferreira; Prof.ª Dr.a Mônica Teresa Costa Sousa

#### Projeto de design

Eurides Florindo de Castro Júnior Hudson Francisco de Assis Cardoso Santos Marcio Henrique Sá Netto Costa

#### Normalização

Edílson Thialison da Silva Reis

#### Revisão de conteúdo

Claudio Vanucci Silva de Freitas

#### Revisão de texto

Fábio Allex

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade Federal do Maranhão. UNA-SUS/UFMA

Conceitos e ferramentas da epidemiologia / Judith Rafaelle Oliveira Pinho (Org.). - São Luís: EDUFMA, 2015.

61 p.: il. (Cadernos de Saúde da Família n. 2)

ISBN 978-85-7862-459-0

1. Epidemiologia. 2. Indicadores de Saúde. 3. Sistema de informação em saúde. 4. UNA-SUS/UFMA. I. Thomaz, Érika Bárbara Abreu Fonseca. II. Pinho, Judith Rafelle Oliveira. III. Abreu, Thalita Queiroz. IV. Rodrigues, Vandilson Pinheiro. V. Título.

CDU 614.2

#### Impresso no Brasil

## INFORMAÇÃO SOBRE OS AUTORES

Erika Bárbara Abreu Fonseca Thomaz - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com especializações em Vigilância em Saúde e em Serviços de Saúde pela ENSP/Fiocruz, mestrado em Diagnóstico Bucal pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutorado em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta do Departamento de Saúde Pública da UFMA. Professora permanente nos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Odontologia da UFMA e mestrado profissional em Saúde da Família pela Renasf/Fiocruz. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Epidemiologia e Saúde Bucal Coletiva.

Judith Rafaelle Oliveira Pinho - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), especialização em Estatística pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Gestão Pedagógica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Docência no Ensino Superior pela UFMA, Odontologia em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília (UnB), mestrado e doutorado em Saúde Coletiva pela UFMA. Fellow Faimer Brasil - 2015. Professora adjunta da Faculdade de Medicina da UFMA e membro do Núcleo Pedagógico da UNA-SUS/UFMA, atuando na área de Ensino na Saúde, Epidemiologia, Bioestatística, Metodologia da Pesquisa e Informática em Saúde.

Thalita Queiroz Abreu - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com especialização em Radiologia Odontológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestrado em Odontologia pela UFMA e doutorado em Clínicas Odontológicas- área de concentração: Radiologia Odontológica pelo Centro de Pesquisas Odontológicas São Leopoldo Mandic (SLM/SP). Experiência na área de docência como professora substituta da disciplina de Radiologia e Imaginologia Odontológica no Curso de Odontologia da UFMA; como tutora de educação a distância dos cursos de especialização em Gestão em Saúde - PNAP/UFMA e especialização em Saúde Materno-Infantil; e coordenadora de TCC do curso de especialização em Saúde da Família da UNA-SUS/UFMA.

Vandilson Pinheiro Rodrigues - Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com especialização em Estatística pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e em Ortodontia pelo Centro de Educação Continuada em Odontologia do Maranhão (Cecom-MA). Possui pós-graduação em Residência Multiprofissional em Saúde pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA), mestrado e doutorado em Odontologia pela UFMA. Professor adjunto do Departamento de Morfologia da UFMA, com atuação em pesquisa científica de temas relacionados à associação de fatores sistêmicos e doenças bucais, saúde pública, análise de agravos em séries temporais, ciências morfológicas e metodologias estatísticas.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	. 13
2	EPIDEMIOLOGIA E DETERMINANTES DA SAÚDE	. 15
2.1	Conceito de epidemiologia em saúde pública e Atenção Básica	. 15
2.2	Fatores determinantes em saúde	. 20
2.3	Causalidade em saúde	. 22
	REFERÊNCIAS	. 26
3	INDICADORES DE SAÚDE	. 29
3.1	Medidas de morbidade	
3.2	Medidas de mortalidade	. 32
	REFERÊNCIAS	. 35
4	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	. 37
4.1	Sistemas de Informação em Saúde	. 37
4.2	Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)	. 41
4.3	Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica (Sisab) e o e-SUS	. 43
4.3.	1 Classificação Internacional de Atenção Primária (Ciap)	. 53
4.4	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc)	. 55
4.5	Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)	. 56
	REFERÊNCIAS	. 60

### PREFÁCIO

A epidemiologia tem sido usada, há várias décadas e de maneira estruturada, como ferramenta para elaboração de políticas públicas de prevenção e combate a doenças na população brasileira. No entanto, diante do processo de reformulação que o Sistema Único de Saúde atravessa, baseado, entre outras diretrizes, na descentralização, é necessário que haja um aprimoramento constante da aplicação dos dados epidemiológicos para que a abordagem à comunidade seja mais efetiva.

Dentro desse panorama, as políticas de saúde descentralizadas necessitam de estatísticas locais precisas para identificação de fatores de risco e de populações vulneráveis, além da avaliação dos resultados alcançados. Portanto, para o sistema de saúde adequar-se a essa nova realidade e funcionar de maneira mais eficiente, é imprescindível reconhecer a real importância da epidemiologia e realizar esforços contínuos com o intuito de aperfeiçoá-la, não só no que diz respeito a recursos tecnológicos, mas, sobretudo, na capacitação e formação de novos profissionais.

Prof. Me. Claudio Vanucci Silva de Freitas

# 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta obra é que você possa analisar os principais usos da epidemiologia e compreender sua importância nos serviços de saúde, em especial na Atenção Básica, pois poderá ajudar na resolução de muitos problemas, principalmente aqueles relacionados de forma indireta com a saúde das pessoas. Além disso, você será capaz de identificar os principais indicadores de saúde no Brasil e aplicar os conhecimentos na prática de trabalho.

Ementa: epidemiologia enquanto ciência, determinantes do processo saúde-doença e o uso da epidemiologia, indicadores de mortalidade e morbidade, Sistemas de Informações em Saúde.

# 2 EPIDEMIOLOGIA E DETERMINANTES DA SAÚDE

Vandilson Pinheiro Rodrigues, Érika Bárbara Abreu Fonseca Thomaz, Thalita Queiroz Abreu

O objetivo deste capítulo é identificar os diversos campos de atuação da epidemiologia e sua importância nas ações de serviços de saúde.

Será abordado, neste momento, como é possível utilizar a epidemiologia na Atenção Básica e a influência dos determinantes da saúde no processo saúde-doença.

#### 2.1 Conceito de epidemiologia em saúde pública e Atenção Básica

O conhecimento das condições patológicas mais comumente observadas em uma população é de grande relevância e interesse para gestores públicos e profissionais que atuam na promoção, prevenção e assistência em saúde. Os levantamentos epidemiológicos e o processamento de dados advindos de arquivos e Sistemas de Informação devem servir de base para o correto planejamento e elaboração de medidas de saúde contextualizadas às reais necessidades da população assistida. Nesse contexto, a epidemiologia ganha destaque como uma ferramenta útil e indispensável, sendo definida por Pereira (2005), a partir da etimologia do termo, como:

**EPIDEMIOLOGIA** 

Termo de origem grega que significa:

√ EPI = sobre

✓ DEMO = população

√ LOGIA = estudo

O primeiro registro do emprego dessa expressão na área da Saúde Coletiva data de 1802, na Espanha, no sentido de estudar epidemias locais. À medida que o conhecimento sobre as doenças infectocontagiosas evoluiu durante o século 19, o conhecimento epidemiológico avançou na perspectiva de identificar os mecanismos de transmissão das doenças e de controle de epidemias. A aplicação do raciocínio epidemiológico no estabelecimento dos fatores determinantes de outras doenças e agravos foi somente iniciada no século 20.

#### REFLETINDO!

O que seria o raciocínio epidemiológico? Qual é a real importância da inserção do raciocínio epidemiológico?

Esse termo será utilizado para mostrar que as doenças não têm uma única causa, já que são multicausais. Além disso, o fator determinante para o agravamento das doenças vai muito além das questões biológicas.

Imagine o que poderia levar a um surto de diarreia, por exemplo. Há duas cidades onde as pessoas estão sofrendo com diarreia. A primeira, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), poucas escolas, somente 20% da população com acesso à água tratada e somente 30% da população com cobertura de equipes de Saúde da Família. Já a segunda cidade teria alto IDH, 100% da população com acesso à água tratada e aos serviços de saúde. Então, qual das duas cidades teria maiores chances de ter um surto de diarreia?

Figura 1 - Epidemia de gripe de 1918.



Fonte: HARBEN, Jerry. **Voccinations upcoming as flu season approaches**. 2008. Disponível em: <a href="http://www.army.mil/article/12656/">http://www.army.mil/article/12656/</a>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

Várias dimensões e facetas do conceito de saúde podem ser encontradas e reconhecidas por diversos autores representativos de diversas escolas de pensamento. O quadro abaixo ilustra elementos para construção conceitual do que seja saúde:

#### John Graunt (1620-1674)

 Precursor na qualificação dos padrões de natalidade e mortalidade, analisar diferenças entre gêneros, faixa etária e variações sazonais.

#### Pierre Louis (1787-1872)

 Utilizou método epidemiológico e estatístico em investigações clínicas de doenças, em especial a letalidade da pneumonia.

#### Louis Villermé (1782-1863)

 Pesquisou o impacto da pobreza e das condições de trabalho na saúde das pessoas, iniciando um estudo sobre a etiologia social das doenças.

#### William Farr (1807-1883)

 Pioneiro na produção de informações epidemiológicas sistemáticas para o planejamento de ações de saúde.

Fonte: PEREIRA, Maurício Gomes. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

A Associação Internacional de Epidemiologia (1973), em seu "Guia de Métodos de Ensino", define epidemiologia como:

O estudo dos **fatores** que determinam a **frequência e a distribuição das doenças** nas coletividades humanas. Enquanto a clínica dedica-se ao estudo da doença no indivíduo, analisando caso a caso, a **epidemiologia** debruçase sobre os **problemas de saúde em grupos de pessoas**, às vezes grupos pequenos, na maioria das vezes envolvendo **populações numerosas**.

Fonte: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA. **Guia de métodos Enseñanza**. IEA/OPS/OMS. Publ. Cient. 266, 1973, 246 p.

#### PARA SABER MAIS:

Descrevem-se como principais objetivos da epidemiologia:

- 1. Descrever a distribuição e a magnitude dos problemas de saúde das populações humanas.
- Proporcionar dados essenciais para o planejamento, execução e avaliação das ações de prevenção, controle e tratamento das doenças, bem como para estabelecer prioridades.
- 3. Identificar fatores etiológicos na gênese das enfermidades (Associação Internacional de Epidemiologia, 1973).

Rouquayrol e Goldbaum (2003)

Dessa forma, pode-se englobar os usos da epidemiologia na Atenção Básica da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	CAUSALIDADE	PREVISÃO	AVALIAÇÃO
Conhecer e estudar a distribuição dos problemas e agravos de saúde das populações cobertas pelas equipes das Unidades Básicas de Saúde.	Investigar as causas desses problemas nas comunidades. Fatores nutricionais, comportamentais, sociais, psíquicos, condições de moradia, saneamento básico etc.	Apontar quem é mais propenso a adquirir e morrer desses problemas. Auxiliando a desenvolver ações voltadas a populações específicas, por exemplo: crianças, gestantes, mulheres, idosos, trabalhadores rurais etc.	Auxiliar na avaliação de medidas implementadas para decisão de manutenção ou correção, por exemplo: efetividade de campanhas de imunização, avaliação periódica do controle de doenças endêmicas, efeito de intervenções comunitárias etc.

Diante disso, é possível conceituar epidemiologia como a ciência que estuda o processo saúde-doença na sociedade, analisando a distribuição e os fatores determinantes das doenças, danos à saúde e eventos associados à saúde coletiva, propondo medidas específicas de prevenção, controle ou erradicação de doenças e fornecendo indicadores que sirvam de suporte ao planejamento, à administração e à avaliação das ações de saúde. Além disso, é importante considerar que os agravos em saúde não ocorrem ao acaso: sua distribuição desigual é produto da ação de fatores que também se distribuem desigualmente na população. Assim, o conhecimento dos fatores determinantes das doenças permite a aplicação de medidas preventivas e curativas alvo específicas, cientificamente identificadas.

Veja abaixo as principais maneiras de se fazer uso das ferramentas da epidemiologia (PEREIRA, 1995):

Figura 2 - Principais maneiras de se fazer uso das ferramentas de epidemiologia.

# Usos da epidemiologia



Fonte: PEREIRA, MAURÍCIO GOMES. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

#### 2.2 Fatores determinantes em saúde

As diversas definições de determinantes sociais de saúde expressam, com major ou menor nível de detalhe, o conceito atualmente bastante generalizado de que as condições de vida e de trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde. Para Buss e Pellegrini Filho (2007), os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) "são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população". Os referidos autores descrevem que a Organização Mundial da Saúde adota a definição segundo a qual os DSS "são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham". Por sua vez, Krieger (2001) introduz um elemento de intervenção, ao defini-los como os "fatores e mecanismos por meio dos quais as condições sociais afetam a saúde e que potencialmente podem ser alterados por intermédio de ações baseadas em informação". Segundo Pereira (1995), os fatores de determinação em saúde podem ser sintetizados conforme mostra o esquema a seguir:

Figura 3 - Fatores de determinação em saúde.

## Determinação: campo da saúde (Lalonde)



Fonte: PEREIRA, MAURÍCIO GOMES. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

Além disso, é possível enumerar fatores determinantes relacionados ao indivíduo (microdeterminantes) ou relacionados às comunidades/populações (macrodeterminantes):

Figura 4 - Microdeterminantes e macrodeterminantes.

MICRODETERMINANTES	MACRODETERMINANTES
<ul> <li>características genéticas e imunológicas;</li> <li>renda;</li> <li>acesso a serviços de saúde;</li> <li>escolaridade/educação;</li> <li>posição na sociedade;</li> <li>personalidade;</li> <li>hábitos;</li> <li>cuidados em terceira idade e outros.</li> </ul>	<ul> <li>políticas públicas;</li> <li>desenvolvimento sustentável;</li> <li>Produto Nacional Bruto (PNB);</li> <li>desigualdades de renda;</li> <li>ambiente social;</li> <li>iniquidades sociais;</li> <li>posição hierárquica.</li> </ul>

#### 2.3 Causalidade em saúde

A determinação da causalidade passa por níveis hierárquicos distintos, sendo que alguns desses fatores causais estão mais próximos do que outros em relação ao desenvolvimento da doença. Por exemplo, fatores biológicos, hereditários e socioeconômicos podem ser os determinantes distais da asma infantil, ou seja, são fatores a distância que, através de sua atuação em outros fatores, podem contribuir para o aparecimento da doenca.

Por outro lado, alguns fatores chamados determinantes intermediários podem sofrer tanto a influência dos determinantes distais como agir em fatores próximos à doença, como seria o caso dos fatores gestacionais, ambientais, alérgicos e nutricionais na determinação da asma.

Os fatores que estão próximos à doença — os determinantes proximais —, por sua vez, também podem sofrer a influência daqueles fatores que estão em nível hierárquico superior (determinantes distais e intermediários) ou agirem diretamente na determinação da doença. No exemplo da asma, o determinante proximal pode ser um evento infeccioso prévio (PIZZICHINI; PIZZICHINI, 2001).

Mas antes de se aprofundar mais na discussão sobre causalidade, é importante relembrar um pouco da história natural das doenças.

A figura 6, na página 24, representa de forma esquemática as fases das doenças: a pré-patogênica (suscetibilidade), a patogênica (patológica clínica e pré-clínica) e a incapacidade residual (cura, reabilitação, morte). Isso tudo representa a ordem natural das doenças e, não havendo intervenções, como o uso de medicamentos, melhoria na alimentação, ida ao médico, dentre outras, o percurso natural de qualquer doença pode ser prolongando ou acelerado.

#### REFLETINDO!

Compare estas situações distintas: duas gestantes estão com um quadro hipertensivo. A primeira, que tem um bom emprego, recebeu as orientações do seu médico, comprou as medicações prescritas e ficou de repouso o tempo necessário para sair da crise. A segunda, que é diarista, não conseguiu agendar a consulta, por isso não teve orientações sobre quais medicamentos usar e acabou evoluindo para um quadro de eclampsia. Sabe-se que hipertensão arterial na gestação não é um bom sinal, pois a história natural desse agravo pode evoluir até a morte da mulher, caso não haja os cuidados necessários. Em muitos casos o acesso a esse cuidado reflete situações sociais, econômicas, culturais tanto individuais quanto coletivas. Portanto, ao pensar na causalidade de doenças, deve-se considerar questões que vão muito além dos vírus, bactérias ou fungos.

Muitos modelos esquemáticos surgiram para tentar explicar as relações entre as doenças. Logo abaixo há um modelo que considera várias questões:

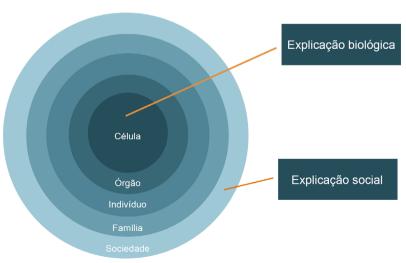
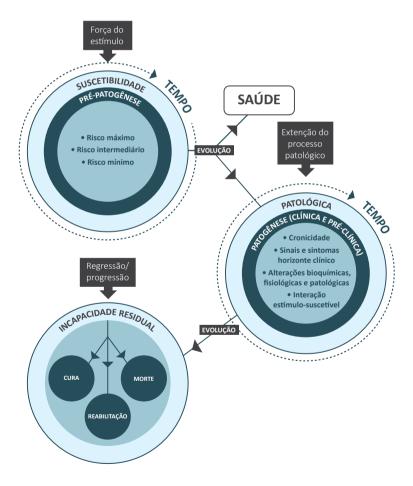


Figura 5 - Modelo sistêmico de causalidade de doenças.

#### AGORA É COM VOCÊ!

Ao analisar esse modelo, percebe-se que há várias dimensões do processo saúde-doença a serem consideradas. Que tal rever seus prontuários de atendimento, observando se há algum espaço para que você possa considerar todas essas dimensões? Reflita também se você já havia analisado o motivo de questionamentos, como cor da pele autorreferida e como isso pode influenciar no seu trabalho.

Figura 6 - História natural das doenças.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final de sua leitura, reveja como os conceitos de epidemiologia poderão auxiliá-lo de forma prática no seu trabalho. Lembre-se que diversos fatores poderão ser determinantes causais diretos ou indiretos de uma determinada doença.

#### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA. **Guia de métodos Enseñanza**. IEA/OPS/OMS. Publ. Cient. 266, 1973, 246 p.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, abr. 2007. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci</a> arttext&pid=S0103-73312007000100006&Ing =pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 mai. 2013.

KRIEGER, N. Historical roots of social epidemiology: socioeconomic gradients in health and contextual analysis. **Int J Epidemiol**, n. 30, p. 899-903, 2001.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PIZZICHINI, M.; PIZZICHINI, E. Inflamação das vias aéreas na asma. In: CORRÊA DA SILVA, L. C. **Condutas em pneumologia**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. v. 1. p. 265-270.

ROUQUAYROL, Maria Zélia; GOLDBAUM, M. Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. In: \_\_\_\_\_; ALMEIDA FILHO, Naomar. **Epidemiologia & Saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

#### Leitura complementar:

ALMEIDA FILHO, N. de; JUCÁ, V. Saúde como ausência de doença: crítica à teoria funcionalista de Christopher Boorse. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 879-889, 2002.

ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Epidemiologia da saúde bucal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BARRETO, M. L. Papel da epidemiologia no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde no Brasil: histórico, fundamentos e perspectivas. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 5, supl. 1, 2002.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica**. 5. ed. Brasília: FUNASA, 2002. 842 p.

LAST, J. M. A dictionary of epidemiology. New York: Oxford University Press, 1983.

LAURENTI, R. et al. Estatísticas de saúde. São Paulo: EPU, 2005. 214 p.

LUIZ, R. R.; COSTA, A. J. L.; NADANOVSKY, P. **Epidemiologia & Bioestatística em Odontologia**. São Paulo: Atheneu, 2008.

MEDRONHO, R. A. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

SCLIAR, M. **Do mágico ao social**: trajetória da saúde pública. São Paulo: SENAC, 2002.

# 3 INDICADORES DE SAÚDE

Vandilson Pinheiro Rodrigues, Erika Bárbara Abreu Fonseca Thomaz, Thalita Queiroz Abreu, Judith Rafaelle Oliveira Pinho

O objetivo deste capítulo é compreender o uso dos indicadores de saúde.

Descrever as condições de saúde da população, medindo a frequência com que ocorrem os problemas de saúde em populações humanas, é um dos objetivos da epidemiologia. Para que a saúde seja quantificada e para permitir comparações na população, utilizam-se os indicadores de saúde. Estes devem refletir, com fidedignidade, o panorama da saúde populacional. É interessante observar que, apesar desses indicadores serem chamados indicadores de saúde, muitos deles medem ocorrência de doenças, mortes, gravidade de doenças, o que denota ser mais fácil, às vezes, medir doença do que medir saúde.

#### 3.1 Medidas de morbidade

A morbidade é um dos importantes indicadores de saúde. É um termo genérico usado para designar o conjunto de casos de uma dada doença ou a soma de agravos à saúde que atingem um grupo de indivíduos. Medir morbidade nem sempre é uma tarefa fácil, pois são muitas as limitações que contribuem para essa dificuldade, como a subnotificação. Para fazer essas mensurações, utilizam-se principalmente as medidas de **incidência** e **prevalência**.

A **incidência** representa a frequência com que surgem **novos casos** de uma determinada doença em um intervalo de tempo. Por exemplo,

os novos casos diagnosticados por dengue no município de São Luís (MA) durante o ano de 2015. É, por conseguinte, uma medida dinâmica. Observe como calcular a incidência:

Por exemplo, para determinar a incidência de **meningite** no Maranhão no ano de **2014**, será necessário saber o número de casos de meningite que ocorreram naquele período entre os residentes do Maranhão e o número de habitantes do estado no mesmo ano (todos os possíveis expostos à doença). A constante é uma potência com base 10 (100, 1.000, 100.000), pela qual se multiplica o resultado para torná-lo mais fácil de interpretar, ou seja, para se ter um número inteiro. Para o exemplo supracitado o cálculo da taxa de incidência será:

Ou seja, no ano de 2014, houve 4,41 novos casos diagnosticados de meningite a cada 100 mil habitantes no estado do Maranhão. Como você pode notar, os casos novos, ou incidentes, são aqueles que não estavam doentes no início do período de observação (tempo analisado), mas que adoeceram no decorrer desse período.

As taxas de incidência tendem a variar conforme o número de episódios da doença analisada, o número de pessoas que tiveram um episódio de uma doença, tempo para diagnosticá-la e a duração da investigação.

A **prevalência** representa a proporção de indivíduos de uma população que é acometida por uma determinada doença ou agravo em um determinado momento, sendo análoga a uma fotografia. Ela engloba tanto os casos novos que ocorreram no período quanto os casos préexistentes. É considerada uma medida estática.

PREVALÊNCIA = Número de casos novos e préexistentes em determinado período

Número de pessoas expostas
ao risco no mesmo período

É importante frisar que as taxas de prevalência apresentarão comportamento diferente quando estiverem tratando de doenças crônicas. No geral, haverá variação nessas taxas, por exemplo, a depender do tempo necessário para que o doente se cure, devendo haver cautela também na análise das condições que não se têm cura. Além disso, influenciam as taxas de prevalência: novos episódios de uma doença, óbitos, mudança de localização (doentes que migram e emigram para um determinado local).

### AGORA É COM VOCÊT

Tente determinar a **prevalência** de **hipertensos** em sua comunidade em um determinado ano. Será necessário saber o número de indivíduos portadores de hipertensão arterial na área e o número total de habitantes da comunidade coberta. Também será necessária uma constante com base 10 (100, 1.000, 100.000). Para este caso, o cálculo da taxa de prevalência será:

(Indivíduos portadores
de hipertensão
na comunidade)

PREVALÊNCIA = 3.500
(Total de moradores
da comunidade
coberta pela ESF)

Portanto, a prevalência de hipertensão arterial na comunidade coberta pela ESF do exemplo anterior é de 2,54 indivíduos a cada 100 moradores.

Diante dessas informações, pode-se afirmar que a prevalência é útil:

- Na análise da demanda por assistência à saúde.
- No planejamento de ações e administração de serviços de saúde.

#### 3.2 Medidas de mortalidade

Outro indicador de saúde tradicional na saúde coletiva é o **coeficiente de mortalidade**, determinado de forma genérica pelo número de óbitos dividido pela população exposta (total da população em questão). Pode-se destacar as principais medidas de mortalidade no quadro a seguir:

Quadro 1 - As principais medidas de mortalidade.

Indicador de mortalidade	Descrição
Coeficiente de mortalidade geral	Número de óbitos totais em todas as faixas etárias, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Coeficiente de mortalidade infantil	Número de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Coeficiente de	Número de óbitos de 0 a 6 dias de vida completos,
mortalidade	por mil nascidos vivos, na população residente em
neonatal precoce	determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Coeficiente de	Número de óbitos de 7 a 27 dias de vida completos,
mortalidade	por mil nascidos vivos, na população residente em
neonatal tardia	determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Coeficiente de	Número de óbitos de 28 a 364 dias de vida completos,
mortalidade pós-	por mil nascidos vivos, na população residente em
natal	determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Coeficiente de mortalidade materna	Número de óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Coeficientes de	Distribuição percentual de óbitos por grupos de
mortalidade	causas definidas, na população residente em
específicos	determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Taxas elevadas de mortalidade infantil podem refletir condições de baixo desenvolvimento socioeconômico, precária infraestrutura ambiental, bem como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil. A mortalidade infantil pode ser classificada da seguinte maneira:

- alta (50 óbitos por mil ou mais nascidos vivos);
- moderada (20 a 49 óbitos por mil ou mais nascidos vivos);
- baixa (menos de 20 óbitos por mil ou mais nascidos vivos).

Além dos indicadores de morbidade e mortalidade, ainda existem:



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste capítulo você pôde revisar os conceitos de incidência e prevalência e como são construídos os indicadores de saúde utilizados em saúde pública. No entanto, é muito importante que você compreenda como os indicadores podem auxiliá-lo em sua prática de trabalho. Conhecer a realidade de saúde onde você atua é fundamental para o sucesso de suas ações e analisar esses indicadores é primordial.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. de. & JUCÁ, V. Saúde como ausência de doença: crítica à teoria funcionalista de Christopher Boorse. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 879-889, 2002.

ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Epidemiologia da Saúde Bucal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA. **Guia de métodos Enseñanza**. IEA/OPS/OMS. Publ. Cient. 266, 1973, 246 p.

BARRETO, M. L. Papel da epidemiologia no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde no Brasil: histórico, fundamentos e perspectivas. **Rev. Bras. Epidemiol**. v. 5, supl. 1, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. Brasília, 2002.

KRIEGER N. Historical roots of social epidemiology: socioeconomic gradients in health and contextual analysis. **Int J Epidemiol**, v. 30, p. 899-903; 2001.

LAST, J. M. **A dictionary of epidemiology**. New York: Oxford University Press, 1983.

LAURENTI R., et al. Estatísticas de saúde. São Paulo: EPU; 2005.

LUIZ, R. R.; COSTA, A. J. L.; NADANOVSKY, P. **Epidemiologia & Bioestatística em Odontologia.** São Paulo: Atheneu, 2008.

MEDRONHO, R. A. Epidemiologia. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

PEREIRA, MAURÍCIO GOMES. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

PIZZICHINI, M., PIZZICHINI, E. Inflamação das vias aéreas na asma. In: CORRÊA DA SILVA, L. C.: **Condutas em Pneumologia**. Vol. I. Rio de Janeiro: Revinter, 2001, p 265-270.

ROUQUAYROL, MARIA ZÉLIA; ALMEIDA FILHO, Naomar. **Epidemiologia & Saúde**. 6 ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

SCLIAR, M. **Do Mágico ao Social:** trajetória da saúde pública. São Paulo: Senac, 2002.

# 4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Vandilson Pinheiro Rodrigues, Erika Bárbara Abreu Fonseca Thomaz, Thalita Queiroz Abreu, Judith Rafaelle Oliveira Pinho

O objetivo deste capítulo é compreender os Sistemas de Informação em Saúde como uma ferramenta de planejamento das ações de saúde.

Um indicador é uma representação, numérica ou não, que permite produzir informações, visando a elaborar um conhecimento (quantitativo e/ou qualitativo) sobre uma determinada situação, com o propósito de tomar decisões e agir para transformar a realidade compreendida no espaço indicado. Os Sistemas de Informação em Saúde se configuram como uma importante ferramenta para que gestores e profissionais possam calcular seus indicadores, essenciais para o planejamento de ações e serviços mais contextualizados à realidade local das comunidades, municípios ou outros conglomerados populacionais.

#### 4.1 Sistemas de Informação em Saúde

A Organização Mundial da Saúde define Sistema de Informação em Saúde (SIS) como um mecanismo de coleta, processamento, análise e transmissão da informação necessária para se planejar, organizar, operar e avaliar os serviços de saúde. Considera-se que a transformação de um dado em informação exige, além da análise, a divulgação e, inclusive, recomendações para a ação.

A seguir, serão feitas algumas considerações buscando contribuir para a elaboração de uma definição do que se entende como sendo um SIS:

- Todas as atividades realizadas por um sistema de saúde geram dados que podem produzir informações.
- Todas essas atividades são realizadas em determinados tipos de unidades de produção ou unidades operacionais (laboratório, almoxarifado, unidade de saúde, setor de finanças etc.) que compõem o sistema de saúde e devem contar com informações para subsidiarem o processo de planejamento, controle, avaliação e redirecionamento do que vem sendo produzido;
- 3. Existem dados e informações gerados nessas diferentes unidades operacionais que interessam não só à própria unidade, mas a todo o sistema de Saúde. São informações consideradas estratégicas, voltadas para uma avaliação permanente das respostas que estão sendo produzidas e do impacto obtido sobre a situação de saúde.

#### REFLETINDO!

Qual a principal função de um SIS? No quadro abaixo estão descritas algumas dessas funções:

- Organizar a produção de informações compatíveis com as necessidades dos diferentes níveis, garantindo uma avaliação permanente das ações executadas e do impacto destas sobre a situação de saúde.
- Assessorar o desenvolvimento de sistemas voltados para as especificidades das diferentes unidades operacionais do sistema de saúde.
- Contribuir para o desenvolvimento dos profissionais de saúde para a construção de uma consciência sanitária coletiva como base para ampliar o exercício do controle social e da cidadania. Além disso, resgatar uma relação mais humana entre a instituição e o cidadão.

Vale ressaltar que os Sistemas de Informação em Saúde devem produzir indicadores capazes de medir a (PEREIRA, 1995):

- Eficiência: utilização dos recursos disponíveis da melhor maneira possível, no menor tempo possível e com menor custo, evitando "desperdícios".
- **Eficácia**: por meio das ações produzidas, alcançar os melhores resultados possíveis, principalmente em relação à cobertura (número de pessoas atendidas) e à concentração (número de ações oferecidas a cada pessoa).
- **Efetividade**: obter transformações concretas na situação de saúde, coerentes com os objetivos propostos pela gestão.

Categoria	Tipos básicos de indicadores	Tipos de análises que podem ser realizadas
Eficiência	Produtividade por tipo de procedimento (consultas, exames laboratoriais etc.).  Utilização da capacidade instalada (rede física).  Utilização da capacidade operacional (recursos humanos).  Distribuição dos gastos por tipo de atenção prestada (ambulatorial básica e especializada; hospitalar e urgência; apoio diagnóstico e terapêutico etc.).	Avaliação quanto à utilização (com ou sem "desperdícios") dos recursos disponíveis. Considera-se como uma avaliação da estrutura do sistema de saúde.
Eficácia	Cobertura alcançada por meio das ações produzidas (consultas, vacinas, partos etc.).  Concentração de procedimentos oferecidos (por exemplo: três consultas de pré-natal por gestante).  Resolubilidade da atenção (por exemplo: a proporção de altas em relação às consultas realizadas).	Avaliação dos resultados alcançados pelas ações produzidas considerando:  • quantos foram atingidos (cobertura);  • quanto foi oferecido (concentração);  • como foi respondido (resolubilidade).  Considera-se como uma avaliação do processo de trabalho em saúde.

# Efetividade

Indicadores de mortalidade; Indicadores de morbidade; Indicadores demográficos; Indicadores socioeconômicos; Indicadores ambientais (saneamento). Avaliação do impacto sobre a situação de saúde considerando as respostas produzidas pelo sistema de saúde e também aquelas geradas por outros setores (educação, saneamento etc.).

O SIS é composto por diferentes subsistemas que produzem uma enorme quantidade de dados referentes às atividades setoriais em saúde, gerando grandes bancos de dados nacionais, dos quais se destacam (BRASIL, 2013):

SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade

Siab – Sistema de Informação da Atenção Básica

Sinasc – Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos

Sinan – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

Sisvan – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

Sisapi – Sistema de Avaliação de Doses Aplicadas de Vacinas

Sisaiu – Sistema de Apuração de Imunobiológicos Utilizados

SISEAPV – Sistema de Informação de Eventos Adversos Pós-Vacinais

SisHiperDia – Sistema de Informação do Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus

SisPreNatal – Sistema de Informação do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN)

Siasus – Sistema de Informação Ambulatorial do SUS

SCNES/FCES – Sistema de Informação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Siscolo- Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero

Siscam- Sistema de Informação do Câncer da Mulher

Siops-Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos

SIH-SUS- Sistema de Informações Hospitalares do SUS

SIHD- Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado

Hemovida- Sistema de Gerenciamento em Serviços de Hemoterapia

BLHWeb – Sistema de Gerenciamento e Produção de Bancos de Leite Humano

Sisaih- Sistema Gerador do Movimento das Unidades Hospitalares

Os próximos tópicos resumirão as principais características de alguns tipos de Sistemas de Informação em Saúde preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

#### 4.2 Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)

O SIM permite acessar dados e causas de morte em todo o território nacional, tornando-se extremamente importante para o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica porque contém informações sobre as características de pessoa, tempo e lugar, condições de óbito, assistência prestada ao paciente, causas básicas e associadas. Criado em 1975, esse sistema iniciou sua fase de descentralização em 1991, dispondo de dados informatizados a partir de 1979. Tem como instrumento padronizado de coleta de dados a **Declaração de Óbito (DO)**, impressa em três vias coloridas, cuja emissão e distribuição para os estados, em séries prénumeradas, são de competência exclusiva do Ministério da Saúde.

A distribuição da DO aos municípios fica a cargo das secretarias estaduais de Saúde. O controle e distribuição entre os profissionais médicos e instituições que a utilizam, bem como o recolhimento das primeiras vias em hospitais e cartórios, são de responsabilidade das secretarias municipais. O preenchimento da DO deve ser realizado **exclusivamente por médicos**, exceto em locais onde o profissional não exista, situação na qual poderá ser preenchida por oficiais de cartórios de registro civil, assinada por duas testemunhas.

Quadro 1 - Situações nas quais se emite e não se emite a DO.

	Situações nas quais se emite a DO	Situações nas quais NÃO se emite a DO
1.	Em todos os óbitos (natural ou violento).	No óbito fetal, com gestação de menos de 20 semanas; ou peso
2.	Quando a criança morrer logo após o nascimento, independentemente	menor que 500 gramas; ou estatura menor que 25 centímetros.
	da duração da gestação, do peso	2. Peças anatômicas amputadas.
	do recém-nascido e do tempo que tenha permanecido vivo.	Para peças anatômicas retiradas por ato cirúrgico ou de membros amputados.
3.	No óbito fetal, se a gestação teve duração igual ou superior a 20 semanas; ou o feto com peso igual ou superior a 500 gramas; ou estatura igual ou superior a 25 centímetros.	Nesses casos, o médico elabora um relatório em papel timbrado do hospital descrevendo o procedimento realizado. Esse documento é levado ao cemitério, caso o destino da peça venha a ser o sepultamento.
		OBS.: A legislação atualmente existente permite que, na prática, a emissão da DO seja facultativa para os casos em que a família queira realizar o sepultamento do produto de concepção.

A análise dos dados do SIM permite a construção de importantes indicadores para a descrição do perfil de saúde de uma região. Assim, a partir das informações contidas nesse sistema, pode-se obter a mortalidade proporcional por causas, faixa etária, sexo, local de ocorrência e residência e letalidade de agravos dos quais se conheça a incidência, bem como taxas de mortalidade geral, infantil, materna ou por qualquer outra variável contida na DO, uma vez que são disponibilizadas várias formas de cruzamento dos dados. Entretanto, o não preenchimento correto da DO prejudica o uso dessa rica fonte de dados para a construção de indicadores.

A qualidade do preenchimento das declarações e sua cobertura vêm sendo ampliadas

A notificação dos óbitos é obrigatória

Figura 1 - Características da DO.

#### AGORA É COM VOCÊL

Acesse o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e verifique quais indicadores de mortalidade estão chamando mais atenção em seu município.

#### 4.3 Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica (Sisab) e o e-SUS

Foi desenvolvido pelo Datasus, em 1998, para coletar e sistematizar dados de produção nas visitas às comunidades, realizadas pelos agentes comunitários de saúde e equipe de Saúde da Família. A digitação da produção, para a alimentação do Sisab, é realizada no Setor de Informação.

Esse sistema engloba dados do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e da Equipe de Saúde Bucal (ESB).

Por muito tempo os instrumentos de coleta de dados do Sisab foram:

- Relatório PMA2 (relatório de Produção e de Marcadores para Avaliação);
- Relatório SSA2 (relatório da Situação de Saúde e Acompanhamento das Famílias na Área/Equipe);
- Ficha D (registro de atividades, procedimentos e notificações);
- Ficha C (acompanhamento de crianças menores de 2 anos)
- Ficha B-GES (acompanhamento de gestantes);
- Ficha B-HA (acompanhamento de hipertensos);
- Ficha B-DIA (acompanhamento de diabéticos);
- Ficha B-TB (acompanhamento de tuberculose);
- Ficha B-HAN (acompanhamento de pessoas com hanseníase).

O Departamento de Atenção Básica (DAB) iniciou um processo de avaliação e reestruturação dos sistemas de informação da Atenção Básica de modo a facilitar o trabalho e a gestão da AB. Os frutos dessa nova estratégia são o Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica (Sisab) e um novo software, o e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) (BRASIL, 2002).

O e-SUS AB é uma estratégia do DAB para reestruturar as informações da Atenção Básica em nível nacional. Essa ação está alinhada com a proposta mais geral de reestruturação dos Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde, entendendo-se que a qualificação da gestão da informação é fundamental para ampliar a qualidade no atendimento à população (PORTAL DA SAÚDE, 2015).

Portanto, o e-SUS é uma estratégia que faz referência ao processo de informatização qualificada, com vistas a um SUS eletrônico. O software público e-SUS AB é um sistema de apoio à gestão do processo de trabalho. Ele serve de apoio ao planejamento de atividades por profissionais das equipes de AB, pelas equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), do Consultório na Rua (CnR) e da Atenção Domiciliar (AD), oferecendo ainda dados para acompanhamento de programas como Saúde na Escola (PSE) e Academia da Saúde.

Como o e-SUS pode auxiliar nos processos de trabalho?

9 6 3	Maior agilidade do atendimento e menor tempo de espera		Melhoria no investimento dos recursos financeiros
<b>+</b>	Informatização das consultas	<u>.</u>	Flexibilidade para as diferentes estruturas dos municípios
	Acompanhamento dos atendimentos na UBS		Avaliação e acompanhamento do trabalho das equipes

# Os instrumentos de coleta de informações atuais do Sisab são:

• Ficha de atividade coletiva

Figura 2 - Ficha de atividade coletiva.

A	e-Sl Atenção	_		ATIV	FIC				ГΙ\	/A	CONFERI		R:	DATA: / / FOLHA N°:
DATA DE	ATIVIDADE*	HORA INÍCIO	HOR	A FIM	N°	DO CA	RTÃO	SUS D	O PR	OFISSIONAL	*			CBO
/	/	:		:	1		1 1		1 1			$\top$	1.1	
Nº INE	P (ESCOLA / C	CRECHE)	PROGRAMA DE PARTICI	AÇÃO DE Nº		1 1			1 1				11	
1		TII	I I										1.1	1 1 1-1 1 1
LOCAL DE	ATIVIDADES:												TI	-
						1 1	1.1	1.1	1 1	111			1 1	1 1 1-1 1 1
		ATIVIDADE (	Opção Única	ı)*						TEMAS PA	ARA REUN	ÃO (Op	oção Múltipla	a)*
01	Reunião de E	quipe					[	01	Qı	uestões Admini	istrativas / F	unciona	mento	
(02)	Reunião com	outras Equipes d	le Saúde				[	02	Pre	ocessos de Tra	abalho			
(03)	Reunião Inter	setorial / Conselh	o Local de S	aúde / Contr	ole Social		-	03	Dia	agnóstico do T	erritório / Mo	onitoran	nento do Terr	itório
<u> </u>						=	+ -	04	_	anejamento / N				
		ATIVIDADE (O	oção Única)*	•			H-	05		scussão de Ca				
04	Educação em	n saúde					H-2	$\equiv$				rerape	utico Singula	r
05	Atendimento	em Grupo					<u> </u>	06	_	lucação Perma	anente			
06	Avaliação / P	rocedimento Cole	tivo					07	Οι	ıtros				
07)	Mobilização \$	Social												
PI	ÚBLICO ALVO	O (Opção Múltip	ola)*				PRÁTI	ICAS /	TEM.	AS PARA SA	ÚDE (Opç	ão Múl	tipla)*	
01	Comunidade			01	Alimentaçã		_				18		ana Saúde na	a Escola
02	Criança 0 a 3	anos		02	Aplicação t	ópica d	e flúor				19	Agra	vos Negligen	ciados
03	Criança 4 a 5	anos		03	Saúde Ocu	ılar		20 Antropometria						
04	Criança 6 a 1			04	Autocuidad		isoas o	om Doe	ınças	Crônicas	21	Outro	os	
05	Adolescente			05	Cidadania						22	Saúd	le Auditiva	
06	Mulher			06	Saúde do "	Γrabalha	ador				23	Dese	nvolvimento	da Linguagem
07	Gestante			07	Dependêne Outras dro	cia Quín	nica (Ta	abaco,	Álcoo	le	24	Verifi	cação da Site	uação Vacinal
08	Homem			08	Envelhecin		limaté	rio, And	Iropau	usa, etc.)	25	Prog	rama Nacioni gismo sessão	al de Controle do
09	Familiares			09	Escovação	Dental	Supen	visiona	da		26	Prog	rama Nacion	al de Controle do
10	Idoso			10	Plantas Me	dicinais	/ Fitot	erapia			27	Prog	gismo sessā rama Nacion: gismo sessā	al de Controle do
11	Pessoas com	Doenças Crônic	as	11	Práticas Co	orporais	/ Ativic	dade Fi	sica		28	Prog		al de Controle do
12	Usuário de Ta	abaco		12	Práticas Co	orporais	e Men	ntais en	PIC			raua	g.0.110 000581	-
13	Usuário de Á	Icool		13	Prevenção Cultura da	da Viol	ência e	Promo	ção c	ia				
14	Usuário de O	utras Drogas		14	Saúde Ami									
15	Pessoas com Transtorno M	Sofrimento ou		15	Saúde Bud	al								
16	Profissional of			16	Saúde Mer	ntal								
17	Outros			17	Saúde Sex	ual e Re	eprodu	itiva						
Nº CAPT	rão sus no s	RESPONSÁVEL*	C/rd C	NES UNIDAI	ne*	ód. EQ	liibe (	(INE\*		N° DE PARTI	CIPANTER	N° DE	AVALIAÇÕES	S RÚBRICA / CARIMB
N- CARI	AO 303 DO F			ALS UNIDA		JOU. EU	OIFE (	(114E)	_			ALTER	RADAS	DO PROFISSIONAL
_ _ _						Ш.	_ _ _	_ _ _		- -	LJ	L		

Fonte: Disponível em: <a href="http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_atividade.pdf">http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_atividade.pdf</a>>.

# • Ficha de procedimentos

Figura 3 - Ficha de procedimentos.

_														-			
											DIGITADO	O POR:		DAT		,	
		-SUS	FICH	A DE	PR	OCI	EDI	MEN	ITO	s					/	/	
_	ten	ção Bási	ca								CONFER	100 POI		FOL	.HA Nº:		
N° E	O CA	RTÃO SUS DO	PROFISSIONAL*	CE	10*		C	ód. CNE	S UNIDA	DE*	Cód. E	QUIPE (I	NE)*		В	ATA:*	_
	_ _					_ - _	_			_ _	LLL		_ _ _		_  _	/	/
_			<b>1</b> 0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
		TUI	RNO	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTE
		Nº PROI	NTUÁRIO														
		N° CAR'	tÃO SUS														
Data	do no	ascimento*	Dia / mês	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
		assimento	Ano	ļ.,		ļ.,		L , .								ļ.,	
Sex	o*			F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M
Loca	al de a	tendimento*									_						
Escu	ıta Inic	ial/Orientação															
	Acupu	intura com Inserç	io de Agulhas					П									
	Admir	nistração de vita	amina A					$\overline{\Box}$	$\overline{\Box}$	П		$\overline{\Box}$		$\overline{\Box}$	n	П	
as		erismo Vesical		ΤĦ	Ĭ	ī	n	ī	n	Ħ	Ī	ī	n	Ħ	n	ī	I
urgi				ΤĦ	n	Ħ	n	Ħ	ñ	Ħ		ň	ñ	Ħ	ň	Ħ	In
Ċ	Cauterização Química de Pequenas Lesões Cirurgia de Unha (Cantoplastia) Cuidado de Estornas Curativo Especial		Ħ	n	H	'n	H	'n	7		H	ň	H	H	H		
Procedimentos/Pequenas Cirurgias			H	n	H	h	H	ň	H		H	ň	H	H	H	17	
anb			++	H	H	<u> </u>	H	<u> </u>	H	1	<u> </u>		-	H	H	1	
3/Pe				++	H	H		H	<u> </u>	H	1 11	<u>H</u>	<u> </u>	H	H	H	1 1
ig l	_	agem de Absce	sso	+#	1	12		<u> </u>		님		닏		片	<u> </u>	片	1 4
me		cardiograma		14		1 1		<u> </u>		닏				<u> </u>		1	
peo			gico de Colo Uterino	1 4						Ш		Ш					
P o		e do Pé Diabét	ção de Tumores	1 4		$\Box$		$\Box$		Ш				$\Box$		Ш	
	Super	rficiais de Pele	ção de Tumores														
	Fundo	oscopia (Exame	de Fundo de Olho)														
		ação em Cavida															
	Remo	oção de Corpo B	Estranho da Cavidade														
		va e Nasal cão de Corpo B	Estranho Subcutâneo	t		Ī									n		
		da de Cerume		T H	ň	H	ň	H	ň	H	l iii	ň	ň	H	ň	H	H
	_	ida de Pontos o	le Cirurnias	17	H	H	h	H	H	H	h	H	ň	H	ň	H	H
98	_	a Simples	ic Ontargias	+ #	H	12	-	H	H	H	1	H	H	H	H	H	1 1
d n	_	a Simples em Oftalmológio	20	17	1	H	1	1	7	7	1	7	H	-	1	1	1 7
Ö	_	onamento de E		17	1	H	1	H	7	7	1	7	H	1	1	H	17
ena	·amp	De Gravidez	pronund	17		1		7		7	1			7	7	1	
nba	opi	Dosagem de l	Protoinúrio	1		1	-	1	-	1		7		1	1	H	1
NS/P	Rápido	Para HIV	- rotemuna	1		1		1		1		7		7	7	1	1
ento	Teste F		0	1		1		-		분		1		-		1	1 1
Procedimentos/Pequenas Cirurgias	Į.	Para Hepatite		12		1		1		분		1		1		1	1 1
a)o		Para Sifilis		12		1		1		닏						1	1
ď	g s	Oral		14		닏				닏		닏		닏		닏	1 4
	ntos	Intramuscular		1 4													
		Endovenosa															
	tra																
	inistra	Inalação/Nebu	ılização														
	Administração d Medicamentos	Inalação/Nebu Tópica	ılização														

Fonte: Disponível em: <a href="http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_de\_procedimentos.pdf">http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_de\_procedimentos.pdf</a>>.

#### • Ficha de visita domiciliar

Figura 4 - Ficha de visita domiciliar.

													DIGITA	DIGITADO POR:			DATA:	_		
		_	FICHA DE VISITA DOMICILIAR	A DE	SI	YITA	8	M	LA LA	~			CONFI	CONFERIDO POR:	ä		FOLHA Nº:	Š.		
	CBO*					Cód.	Cód. CNES UNIDADE*	IIDADE*				Cód. EQUIPE (INE)*	IPE (INE)				DATA:*			
4						4								-	7					
$\vdash$	-	2	3	9	9	7		9	9	=	12 1	13 14	15	16	17	18	19	20	21	22 23
10	MULL	TNMC	arraine de la	NEWN	MTM	MUTIN	MINIT	DEN MIC	TINIMO	TINIM	DIN MIC	DN MT	N	NMM	NEW	NEW	MUNIM	MITIN	NUL	NN
Н																				
						333				77-					]]]			333		777
			]]]						 	 			]]]							77
		 171	]]] 						-//- 		J	<u> </u>					10.			177
									 								בבבנ			1777
										 		<u> </u>								77
	_	_	_	_	_	_	_	_					_	_	_	_	_	_	_	_
$\rightarrow$	7		-	$\rightarrow$		7	-	-	T	7		+				_			T	
$\rightarrow$	M M	u. ≥	M F M	E (	<u>⊾</u>	≥ L	M (	F M	u.	M	M.	u.	M (	M F M	<u>u</u> (	<u>u</u> (	<u>⊩</u>	₩ (	M (	M M
+																				
$\rightarrow$																				
$\rightarrow$																				
+					)(												0			
+						) c														
+																				ם כ
+																				
+																				
-					0												0			
Pessoa em reabilitação ou com deficiência																				
_																				
-																				

Fonte: Disponível em: <a href="http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_de\_visitas\_domiciliar.pdf">http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_de\_visitas\_domiciliar.pdf</a>>.

#### • Ficha de atendimento individual

Figura 5 - Ficha de atendimento individual.

$\overline{}$									DIC	SITADO F	OR-		DATA:			
	۵.	-sus	FICHA D	F A1	FNI	ΝΙΟ	EN1	0		SIIADO I	OK.		DAIA.	, ,		
Αt		ão Bási		IDIV					cc	NFERID	O POR:		FOLH	A Nº:		
N° D	O CAF	RTÃO SUS D	D PROFISSIONAL* CB	0*		Cód	CNES U	NIDADE*	Cód	EQUIPE	(INF)*		п	ATA:*		
1 1					]- _ _		1 1							/	/	
Nº D			PROFISSIONAL CB		.1-11_		_'	-!!		ISSIONA				BO ,		
					. _ _	.   _	_ _ _		_ _ _	_ _ _		_ _	I	_ _ _	_ _ . _	_ _ _
			Nº	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
			TURNO	MIN	MIN	MTN	MIN	MTN	MTN	MIN	MIN	MIN	MIN	MIN	MIN	MTN
		Ν°	PRONTUÁRIO													
		N°	CARTÃO SUS													
Data	a de n	ascimento*	Dia / mês	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
		ascillicitio	Ano		<u> </u>								<u> </u>		<u> </u>	
Sexe		*		F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M
$\overline{}$		tendimento*	(ver legenda) Programada / Cuidado Continuado	, 0					<del> </del>		-					
Tipo Atendimento*		ulta Agendada ulta Agendada		, 0	18	$\stackrel{\circ}{\sim}$	18	8	8	8	8	8	18	18	8	18
di	_		I / Orientação	0	10	0	0	0	0	0	0	Ö	10	0	0	0
Aten	anda	Consulta no			18	$\sim$	1	0	0	0	1	$\sim$	10	0	1	$\stackrel{\smile}{\sim}$
8	Demanda Espontânea	Atendimento		$+ \approx$	18	$\stackrel{\circ}{\sim}$	18	1	$\stackrel{\smile}{\sim}$	8	18	$\stackrel{\circ}{\sim}$	18	18	$\stackrel{\square}{\sim}$	$+ \approx$
	iação		de Orgencia	10		0	0	0	0	0	0	0	10			
An	tro-	Peso (kg) Altura (cm)		_												
	étrica	em dia?		em vão	em vic	ena Não	ena Não	CILL NÃO	ena Não	ena Não	ena Não	CIM NÃO	CINA NIÃO	CHA NÃC	CIA NÃ	OSIM NÃO
_	nação		Materno (ver legenda)	SIM NAC	I I	I I	I I	I I	SIM NAC	I I	SIM NAC	I I	I I	I I	I I	JSIM NAC
OH	mça	Aleitaillelito	Dia / Mês	1-1	_	11	1	/	/	1-1	/	1		1		1_1
		DUM	Ano	- '	-								-	-		-
Gest	tante	Gravidez Pla		SIM NÃO	SIM NÃC	SIM NÃC	SIM NÃC	SIM NÃO	SIM NÃC	SIM NÃO	SIM NÃC	SIM NÃO	SIM NÃO	SIM NÃO	SIM NÃO	SIM NÃO
000			cional ( Semanas )		1 1		1 1	1 1	1 1	1 1	1 1		1 1		1	
	ı	Gestas Prévi		/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Ater	nção iciliar		AD: 1, 2 ou 3 (ver legenda)	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD
Dom	Asma															
ŀ	Desnu	utricão			H		H	7	H		H		H	1	H	
	Diabe				H		H		H		1		1		1	
	DPOC				H		H		H		H		1		1	
		ensão Arterial	<u> </u>		H		H		H		H		1		1	
ralia	Obesic			1 7	17		H	1	H		H		1		1	
O A	Pré-na				H	H	H	H	H	1	H	1	H	1	1	1
di G	Pueric				H	H	H	H	H	H	H	1	H	1	1	H
8		ério (até 42 di	as)		H	7	H	H	H	7	H	1	H	1	1	H
ma/		Sexual e Rep			H	H	H	H	H	H	H	1	H	1	H	1
ppler	Tabagi		лоциича		H	1	H	1	1		H	1	1		1	
ď.		io de álcool		1 7	H	1	H	1	H	1	H	1	1	1	1	1
		io de alcool			H		H		1		H		H	1	1	
		o de outras d Mental	ugas		1		1		1		1		1		1	
	Reabi				1		H		1		1		1		1	
		macao														т Ш .

Fonte: Disponível em: <a href="http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_atendimento\_individual.pdf">http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_atendimento\_individual.pdf</a>>.

#### • Cadastro domiciliar

Figura 6 - Cadastro domiciliar.

e-SI Atenção		CADA	STRO DO	MICIL	IAR	CONFERIDO:	R: DATA: / FOLHA:	/
N° DO CARTÃO S			Cód. CNES UNIDADE		EQUIPE (INE)*	MICROÁ	ĀREA DATA:*	/
ENDEREÇO / LO TIPO DE LOGRAD			NOME DO LOGRAD	OURO:*			Nº:*	
COMPLEMENTO:				BAIRRO:*				
MUNICÍPIO:*					UF:*	CEP:*		
TELEFONES PAI	RA CONTATO —							=
TELEFONE RESID	DENCIAL: ( )			TELEFONE D	E REFERÊNCIA:	( )		
CONDIÇÕES DE N								
1 (		SE DA TERRA*				CLOCALIZAÇÃ	_	$\overline{}$
Próprio O	Financiado O A	lugado Arrendado OC	edido Ocupação	Situação	de Rua Outra	Urbana	Rural	
Casa O	Apartamento (	Cômodo Outro	EM CASO DE A	O Parceiro(	a) / Meeiro(a)	ndição de Posse e U Assentado(a) Po da Terra Não se	osseiro Arrend	atário(a)
	SO AO DOMICÍLI	2	C MATERIAL PRE	DOMINANTE N	A CONSTRUÇÃO D	AS PAREDES EXTER	RNAS DE SEU DOMI	cílio —
1 (		Fluvial Outro	Alvenaria/Tijolo: Com Revesti		om Revestimento	Outros:  Madeira Apare  Material Aprovi	_	Material
Disponibilidade de E	nergia Elétrica? (	Sim Não	C					$\longrightarrow$
ABASTECIMEN  Rede Encare  Carro Pipa		io Opogo / Nascente no Do	micílio Cisterna		11/	MENTO DE ÁGUA NO	_	ratamento
Rede Coleto	COAMENTO DO ira de Esgoto ou F um Rio, Lago ou N		Fossa Rudimen	tar	DESTIN	tado Queimado	<sup>N</sup> ○ Céu Aberto(	Outro
ANIMAIS NO DO								
◯ Sim ◯ Não		QUAL(IS)? Cachorro	Pássaro	De Criação (p	orco, galinha)	Outros	Quantos:	_
FAMÍLIAS								
N° PRONTUÁRIO FAMILIAR	Nº CARTÃO S	SUS DO RESPONSÁVEL	DATA DE NASCIN DO RESPONSÁ	IENTO RENDA	A FAMILIAR NÚM MÍNIMO)	MERO DE MEMBRO DA FAMÍLIA	S RESIDE DESDE [MÊS] [ANO]	MUDOU-SE
			/ /	999	02340	_		
			/ /	999	02340	III		
			/ /	999	)234±	II_	1	
				000	02340			
Eu, dos meus atos,	recuso este cad	RO DOMICILIAR DA ATENÇ astro, mesmo que isso fac to na unidade de saúde.		portador do nento a minha			zando de plena c ciente de que ess	
			Assin	atura				
Legenda: Opç	ão de Múltipla Es	colha Opção de Única Esc						

Fonte: Disponível em: <a href="http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_cadastro\_domiciliar.pdf">http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_cadastro\_domiciliar.pdf</a>>.

#### Cadastro individual

Figura 7 - Cadastro individual.

e-SUS Atenção Básica	CAD	ASTRO IND	IVI	DUAL			ADO POR:	DATA: // FOLHA N°:
N° DO CARTÃO SUS DO PROFI	SSIONAL*	Cód. CNES UNIDADE	`	Cód. EQUIPE (INE)			MICROÁREA	DATA:* / /
IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO /	CIDADÃO —							
Nº DO CARTÃO SUS		RESPONSÁVEL FAMIL É o responsável? N O Sim Não	P DO CA	ARTÃO SUS		_	DATA E	DE NASCIMENTO:
NOME COMPLETO:*   _   _   _   _   _   _   _   _   _							ATA DE NASCIMEN	то:* / /
SEXO:* Masculino Feminin	o RAÇA / COR:* Brand	ca Preta Parda	Amarel	a ◯Indígena Nº N	IS (PIS/PA	ASEP):		
NOME COMPLETO DA MÃE:* D	esconhecido		_ _ _			_		
NACIONALIDADE:* Brasileira		eiro PAÍS DE NASCIMENT	10:				ELULAR: ( )	
MUNICÍPIO E UF DE NASCIMENT					E-MAIL:	:		
RELAÇÃO DE PARENTESCO C Cônjuge /Companheiro(a) ( Irmão / Irmã Genro / No	OM O RESPONSÁVEL FA		OP	ai/Mãe OSogro	o(a)	- oci	JPAÇÃO ———	
OUAL É O CURSO MAIS ELEVI  Creche  Pré-escola (exceto CA)  Classe Alfabetizada - CA  Ensino Fundamental 1ª a 4ª s  Ensino Fundamental 1ª a 6ª s  Ensino Fundamental EA- sé  (Gupletivo 1ª a 4º)	déries (	D FREQUENTOU?  Ensino Fundamental E.J. Ensino Médio, Médio 2º Ensino Médio Médio 2º Ensino Médio Bepecial Ensino Médio Bepecial Superior, Aperfeiçamer Doutorado para Adult Nenhum	Ciclo (C etivo) nto, Esp	ientífico, Técnico e e ecialização, Mestrado	itc)	00000000	JAÇÃO NO MERCAL Empregador Assalariado com ca Assalariado sem ca Autônomo com prev Autônomo sem prev Autônomo sem prev Aposentado/Pension Desempregado Não trabalha Outro	rteira de trabalho rteira de trabalho idência social idência social
CRIANÇAS DE 0 A 9 ANOS, COM Q	UEM FICA? Adulto Res	sponsável Outra(s) Cria	nça(s)	Adolescente	) Sozinha	0	Creche Outro	
FREQUENTA CUIDADOR TRADICIO É MEMBRO DE POVO OU COMUN	JNAL? USIII UNAO	PARTICIPA DE ALGUM GE COMUNITÁRIO? ) Sim Não SE SIM, 0		Sim		OSSUI	PLANO DESAÚDE 0?	○Sim ○Não
DESEJA INFORMAR ORIENTAÇĂ  Sim Não  SE SIM, QUAL?  Heterossexual Lési  Gay Biss	bica Travesti vexual Transsexu	Outro	Sin	LGUMA DEFICIÊNCI n Não siM, QUAL(is)? ————————————————————————————————————			Cognitiva	Outra
SAÍDA DO CIDADÃO DO CADAST		Mudança de território						
TERMO DE RECUSA DO CADAS Eu,	dastro, mesmo que isso	facilite o acompanhame	ento a r	for do RG nº ninha saúde e de r	meus fan	miliare		plena consciência e que essa recusa

Fonte: Disponível em: <a href="http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_cadastro\_individual.pdf">http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha\_cadastro\_individual.pdf</a>.

# • Ficha de atendimento odontológico individual

Figura 8 - Ficha de atendimento odontológico individual.

							Toic	SITADO F	10B-		DATA:			_
	FIGUA DE	۸.	ENIE	SIM	ENIT		Die	STIADO F	OR:		DATA:			
	e-SUS FICHA DE											/ /		
A	tenção Básica ODONTOLÓ	GIC	O II	NDI	VID	UAI	_   co	NFERID	POR:		FOLHA	Nº:		
igcup														
$\overline{}$			_	_		_			_					_
N <sub>o</sub> [			NIDADE*		EQUIPE				во*			ATA:*		
<u></u>						اللل						/	/	
Nº E	DO CARTÃO SUS DO PROFISSIONAL CBO			Nº D	O CARTA	io sus i	OO PRO	FISSION	AL		С	во		
(L		_ _	-  <u></u>  _		_ _ _	_  _	_ _ _	_ _ _	ا_ا_ا	_ _	I.	_ _ _	_ _ . _	_ _
$\overline{}$														
$\square$	Nº	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	TURNO	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN	MTN
	N° PRONTUÁRIO													
		LI		LI				Ш		Ш		LI		1.1
		ΙΞÏ	i_i		ΙΞ		i	ΙΞ		ΙΞ	<u> </u>			
		<u> _ </u>	!!	<u>                                      </u>	<u>      </u>	<u>                                      </u>	<u>      </u>	<u>        </u>	<u>    </u>	<u>        </u>	<u>    </u>	<u>                                      </u>		
		H												
		H												
		ΙΞİ		Ξ	i_i		ΙΞ	ΙΞÍ	<u> </u>	ΙΞÍ	i_i		<u> </u>	i_i
	Nº CARTÃO SUS				<u>                                      </u>	III.	<u>        </u>	<u> </u>	<u>    </u>		<u> </u>			
		Ξİ		ΞÏ	i_i	i_i	i⊟i	ΙΞ	l i⊟i	ΙΞ	<u> </u>	i_i	<u> </u>	i_i
					<u> _ </u>		<u> </u> _	<u> _</u>	<u> </u>	<u> _</u>	_		_ _	
		$\square$												
_			1_1		<u> _ </u>		<u> </u>		<u> </u>	_	11		1_1	
Da	ta de nascimento*	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
_	Ano													
Sex		F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M
	cal de atendimento* (ver legenda)	느	느	느		ᆜ		닏		닏				닏
-	ciente com Necessidades Especiais													
	stante	$\overline{\Box}$		$\overline{\Box}$	$\overline{\Box}$	Ä	$\overline{\Box}$	Ä	Ä	Ä	Ä	Ä	Ä	Ä
*01	Consulta Agendada	0	Ŏ	Ŏ	Ŏ	Ŏ	0	0	0	O	Ö	0	Ŏ	0
Tipo	g g g g g g g g g g g g g g g g g g g	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
T puet	Consulta no Dia	0	Q	Ō	Ŏ	Ö	Ŏ	Ö	Q	Ŏ	Q	O	Ö	O
		0	O	0	Ō	0	O	0	O	0	O	0	O	0
e ta	Primeira Consulta Odontológica Programática	0	O	Ö	Ŏ	Ö	Ŏ	Ö	Ö	Ö	Ö	Ö	Ŏ	O
Tipo de Consulta**	Consulta de Retorno em Odontologia	0	O	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ြ ပိ		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bucal*	Abscesso dento alveolar		닏								닏		닏	
e Bu	Alteração em tecidos moles						-						닏	
Saúd	Dor de dente		1								닏		님	
em Saúde	Fendas ou Fissuras Lábio Palatais								1				닏	
	Fluorose dentária moderada ou severa		片						1		片		H	
Vigilância	Traumatismo dento alveolar		H						1		-		무	
<u> </u>	Não identificado		1						Ц.		Ц.		Ц.	
	Acesso a polpa dentária e medicação (por dente)	<u> </u>												
	Adaptação de Prótese Dentária													
·	Aplicação de cariostático (por dente)				1-1									
realizada)	Aplicação de selante (por dente)				-		-							
rea.	Aplicação tópica de flúor (individual por sessão)	1_1												
(Quantidade	Capeamento pulpar								-		-			
anti	Cimentação de prótese	1-1												
ğ	Curativo de demora c/ ou s/ preparo biomecânico	1_1												
utos	Drenagem de abscesso	-			1			-						
ling.	Evidenciação de placa bacteriana													
Procedimentos	Exodontia de dente decíduo													
٦	Exodontia de dente permanente	<u> </u>												
	Instalação de prótese dentária	1-1					- -							
	Moldagem dento-gengival p/ construção de prótese dentária				1		1				닏		1-1	
	Orientação de Higiene Bucal													

Fonte: Disponível em: <a href="http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/fichaindividual\_odontologico.pdf">http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/fichaindividual\_odontologico.pdf</a>.

#### PARA SABER MAIS!

Você pode visualizar com mais detalhes todas as fichas no site do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde.

#### 4.3.1 Classificação Internacional de Atenção Primária (Ciap)

É uma ferramenta adequada à Atenção Básica (AB) que permite classificar questões relacionadas às pessoas e não a doenças. Pode ser utilizada por todos os profissionais de saúde, segundo a World Organization of National Colleges Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (2009), permitindo classificar:

- Problemas diagnosticados pelos profissionais de saúde.
- Motivos da consulta e as respostas propostas pela equipe seguindo a sistematização SOAP, de Lawrence Weed (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano).

Os componentes da Ciap são:

Quadro 2 - Capítulos e componentes da Ciap.

CAPÍT	ULOS E	COMPON	IENTES	DA Ciap*
-------	--------	--------	--------	----------

- A Geral e não específico
- B Sangue, órgãos hematopoiéticos e linfáticos (baço, medula óssea)
- D Aparelho digestivo
- Olbor
- H Ouvidos
- K Aparelho circulatório
- L Sistema musculoesquelético
- N Sistema nervoso
- P Psicológico
- R Aparelho respiratório
- S Pele
- T Endócrino, metabólico e nutricional
- U Aparelho urinário
- W Gravidez e planejamento familiar
- X Aparelho genital feminino (incluindo mama)
- Y Aparelho genital masculino
- Z Problemas sociais

#### Componentes (iguais para todos os capítulos)

- 1 Componente de queixas e sintomas
- 2 Componente de procedimentos diagnósticos e preventivos
- 3 Componente de medicações, tratamentos e procedimentos terapêuticos
- 4 Componente de resultados de exames
- 5 Componente administrativo
- 6 Componente de acompanhamento e outros motivos de consulta
- 7 Componente de diagnósticos e doenças, incluindo:
  - doenças infecciosas
  - neoplasias
  - lesões
  - anomalias congênitas
  - outras doenças específicas

Fonte: WORLD ORGANIZATION OF NATIONAL COLLEGES ACADEMIES AND ACADEMIC ASSOCIATIONS OF GENERAL PRACTITIONERS/FAMILY PHYSICIANS. Classificação Internacional de Atenção Primária (CIAP 2) - Comitê Internacional de Classificação da WONCA. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2009. Disponível em < <a href="http://www.sbmfc.org.br/media/file/CIAP%202/CIAP%20Brasil">http://www.sbmfc.org.br/media/file/CIAP%202/CIAP%20Brasil</a> atualizado.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2015.

<sup>\*</sup> Sempre que possível, foi utilizado um código alfa mnemônico.

#### 4.4 Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc)

O Sinasc é o sistema responsável pelo registro de nascidos vivos. Tem como instrumento padronizado de coleta de dados a Declaração de Nascido Vivo (DN), cuja emissão, a exemplo da DO, é de competência exclusiva do Ministério da Saúde. Tanto a emissão da DN como o seu registro em cartório são realizados no município de ocorrência do nascimento. Deve ser preenchida nos hospitais e outras instituições de saúde que realizam partos e nos cartórios de registro civil, na presença de duas testemunhas, quando o nascimento ocorre em domicílio sem assistência de profissional de saúde.

Antes da implantação do Sinasc, em 1990, essa informação só era conhecida no Brasil por estimativas realizadas a partir da informação censitária. Atualmente, é disponibilizada de forma eletrônica.

A obrigatoriedade do registro da Declaração de Nascidos Vivos é dada pela Lei n° 6.015/73. A DN deve ser preenchida para todos os nascidos vivos no país, segundo conceito definido pela OMS. No caso de gravidez múltipla, deve ser preenchida uma DN para cada criança nascida viva.

Entre os indicadores de interesse para a atenção à saúde materno-infantil, são imprescindíveis as informações contidas na DN: proporção de nascidos vivos de baixo peso, proporção de nascimentos prematuros, proporção de partos hospitalares, proporção de nascidos vivos por faixa etária da mãe, valores do índice Apgar no primeiro e quinto minutos, número de consultas de pré-natal realizadas para cada nascido vivo, entre outras. Além desses, podem ainda ser calculados indicadores clássicos voltados à caracterização geral de uma população, como a taxa bruta de natalidade e a taxa de fecundidade geral.

#### AGORA É COM VOCÊ!

Que tal acessar o Sinasc e verificar os dados de interesse para o seu trabalho? Verifique se eles condizem com o que você observa em sua realidade.

#### 4.5 Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam na Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória, que foi instituída inicialmente pela Portaria GM/MS nº 5, de 21 de fevereiro de 2006, sendo facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde regionalmente importantes. Tem por objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de governo, por intermédio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória.

Para inclusão de novas doenças, devem ser considerados os seguintes aspectos (BRASIL, 2007):

- Magnitude aplicável a doenças de elevada frequência, que afetam grandes contingentes populacionais e se traduzem por altas taxas de incidência, prevalência, mortalidade e anos potenciais de vida perdidos.
- **Potencial de disseminação** representado pelo elevado poder de transmissão da doença, através de vetores ou outras fontes de infecção, colocando sob risco a saúde coletiva.
- Transcendência expressa-se por características subsidiárias que conferem relevância especial à doença ou agravo, destacando-se:

- Severidade: medida por taxas de letalidade, de hospitalização e de sequelas.
- Relevância social: avaliada, subjetivamente, pelo valor imputado pela sociedade à ocorrência da doença, e que se manifesta pela sensação de medo, de repulsa ou de indignação.
- Relevância econômica: avaliada por prejuízos decorrentes de restrições comerciais, redução da força de trabalho, absenteísmo escolar e laboral, custos assistenciais e previdenciários, entre outros.
- Vulnerabilidade medida pela disponibilidade concreta de instrumentos específicos de prevenção e controle da doença, propiciando a atuação efetiva dos serviços de saúde sobre indivíduos e coletividades.
- Compromissos internacionais relativos ao cumprimento de metas continentais ou mundiais de controle, de eliminação ou de erradicação de doenças, previstas em acordos firmados pelo governo brasileiro com organismos internacionais. O atual Regulamento Sanitário Internacional (RSI-2005) estabelece que sejam notificados todos os eventos considerados de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).
- Ocorrência de emergências de saúde pública, epidemias e surtos – situações que impõem notificação imediata de todos os eventos de saúde com risco de disseminação de doenças. O objetivo é delimitar a área de ocorrência, elucidar o diagnóstico e deflagrar medidas de controle aplicáveis. Mecanismos próprios de notificação devem ser instituídos, com base na apresentação clínica e epidemiológica do evento.

A utilização efetiva dos dados do Sinan permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas. Contribui, assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica.

O Sinan pode ser operacionalizado em nível administrativo mais periférico, ou seja, nas unidades de saúde, seguindo a orientação de descentralização do SUS. Caso o município não disponha de computadores em suas unidades, o Sinan pode ser acessado nas secretarias municipais, regionais de Saúde e/ou Secretaria Estadual de Saúde.

No Sinan, a entrada de dados ocorre pela utilização de alguns formulários padronizados:

Ficha Individual de Notificação (FIN), que é preenchida pelas unidades assistenciais para cada paciente quando há suspeita da ocorrência de problema de saúde de notificação compulsória ou de interesse nacional, estadual ou municipal. Esse instrumento deve ser encaminhado aos serviços responsáveis pela informação e/ou vigilância epidemiológica das secretarias municipais. Estes, por sua vez, devem repassar semanalmente os arquivos em meio magnético para as secretarias estaduais de Saúde (SES). A comunicação das SES com a Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS) deve ocorrer quinzenalmente, de acordo com o cronograma definido pela SVS no início de cada ano.

Caso não ocorra nenhuma suspeita de doença, as unidades precisam preencher o formulário de notificação negativa, que tem os mesmos prazos de entrega. Essa é uma estratégia criada para demonstrar que os profissionais e o sistema de vigilância da área estão alertas para

a ocorrência de tais eventos e para evitar a subnotificação. Caso os municípios não alimentem o banco de dados do Sinan por dois meses consecutivos, são suspensos os recursos do Piso de Atenção Básica (PAB), conforme prevê a Política Nacional de Atenção Básica.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os Sistemas de Informação em Saúde podem ser excelentes estratégias para otimizar as ações de saúde. Foram apresentados alguns sistemas que fornecerão dados essenciais para compreensão da realidade de saúde na qual você está inserido.

O ideal é que o SIM, o Sisab, o Sinasc e qualquer outro sistema tornem-se presentes no seu dia a dia como ferramentas estratégicas para diminuir as dificuldades do processo de trabalho.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. de; JUCÁ, V. Saúde como ausência de doença: crítica à teoria funcionalista de Christopher Boorse. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 879-889, 2002.

ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Epidemiologia da Saúde Bucal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA. **Guia de métodos Enseñanza**. IEA/OPS/OMS. Publ. Cient. 266, 1973, 246 p.

BARRETO, M. L. Papel da epidemiologia no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde no Brasil: histórico, fundamentos e perspectivas. **Rev. Bras. Epidemiol**. v. 5, supl. 1, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional dos Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde**. Brasília: CONASS, v. 6, 2007. (Coleção Progestores — Para entender a gestão do SUS, 6, I). Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec\_progestores\_livro6a.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec\_progestores\_livro6a.pdf</a>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

<b>Departamento de Informática do SUS</b> : DATASUS. 2013. Disponível
em: < <u>http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=01</u> >. Acesso em: 2 mai. 2015.
Ministério da Saúde. <b>Guia de Vigilância Epidemiológica</b> . Brasília, 2002
. Ministério da Saúde. <b>O que é SINAN</b> . Brasília, [200?]. Disponível em: <a href="http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/">http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/</a> . Acesso em: 2 mai. 2015.

KRIEGER N. Historical roots of social epidemiology: socioeconomic gradients in health and contextual analysis. **Int J Epidemiol**, v. 30, p. 899-903, 2001.

LAST, J. M. **A dictionary of epidemiology**. New York, Oxford University Press, 1983.

LAURENTI R. et al. Estatísticas de saúde. São Paulo: EPU; 2005.

LUIZ, R. R.; COSTA, A. J. L.; NADANOVSKY, P. **Epidemiologia & Bioestatística em Odontologia.** São Paulo: Atheneu, 2008.

MEDRONHO, R. A. **Epidemiologia**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

PEREIRA, MAURÍCIO GOMES. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

PIZZICHINI, M., PIZZICHINI, E. Inflamação das vias aéreas na asma. In: CORRÊA DA SILVA, L. C.: **Condutas em Pneumologia**. Vol. I. Rio de Janeiro: Revinter, 2001, p. 265–270.

PORTAL da saúde: SUS. **Sobre o e-SUS Atenção Básica**. Disponível em: <<u>http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus.php</u>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ROUQUAYROL, MARIA ZÉLIA; ALMEIDA FILHO, NAOMAR. **Epidemiologia & Saúde**. 6 ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

SCLIAR, M. **Do Mágico ao Social:** trajetória da saúde pública. São Paulo: Senac, 2002.

WORLD ORGANIZATION OF NATIONAL COLLEGES ACADEMIES AND ACADEMIC ASSOCIATIONS OF GENERAL PRACTITIONERS/FAMILY PHYSICIANS. **Classificação Internacional de Atenção Primária (CIAP 2)** - Comitê Internacional de Classificação da WONCA. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2009. Disponível em < <a href="http://www.sbmfc.org.br/media/file/CIAP%202/CIAP%20Brasil\_atualizado.pdf">http://www.sbmfc.org.br/media/file/CIAP%202/CIAP%20Brasil\_atualizado.pdf</a>>. Acesso em: 3 mai. 2015.







